

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campus Canadá: Rua Itararé, nº 10 - Centro, sala 913, Londrina-PR.

Data: 12 de setembro de 2018

Horário: 13h45 (2ª convocação)

1Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e dezoito foi realizada reunião ordinária do
2Conselho Municipal de Assistência Social, no Campus Canadá, Rua Itararé, nº 10, Centro _
3Londrina _ PR. **Estiveram presentes o(a)s seguintes conselheiro(a)s:** Marina Bertonccini de
4Andrade, Tatiane Aparecida Fonte Pereira, Paulo Sérgio Aragão, Amanda Boza Gonçalves
5Carvalho,Marcello A.Pessa Miranda Lima, Renata Gomes Simões, Josiani S.dos Santos
6Nogueira, Maria Ines Louro, Claudia Renata Favaro,Gisélia Duarte Dias Paulino, Luciana
7Ferreira Alvarez,Andrea Ramondini Danelon,Neusa Harumi Tiba, Maria Angela Santini, Claudio
8Roberto Rufino, Caroline Tomaz Sakakura, Juliana Rodrigues da Cruz Santos, Jonas Munaretto
9do Vale,Telma Andrade de Carvalho Pitta,Claudio Marcio de Melo, Luana Garcia Campos,
10Alexandra Ciotto Rodrigues da Silva,Angela Maria Zechim Luziano da Silva, Denise Maria Fank
11de Almeida, Aldeneide Fernandes da Silva, Zilma Angélica da Silva,Rosana de Almeida
12Souza,Leonardo Aparecido Gomes, Carmelita Alexandre da Conceição. Estiveram presentes
13também os seguintes participantes: Marilza Yoshinaga-SOS,Ana Carolina Ferreira-SOS,
14Veronica Lucas de Souza-SOS, Daniele Maria dos Santos-SOS,Renata Silva de Oliveira-Casa
15Acolhedora,Andrea Mansano Ramos Russo-Nuselon,Adriana Fabia Z.Paschoal-Associação
16Flavia Cristina,Leonice Vicente Mattos-SOMA, Aparecida Fátima Giacomini-Pestalozzi,Elza
17Coutinho-Adevilon,Bruna Caroline Fonseca-Lar Anália Franco,Aparecido Zacarias-Aldeia Agua
18Branca,Juvelino Vicente-Aldeia Agua Branca, MOISES Loureiro- Aldeia Agua Branca, Debora
19Campos Pereira-GCOF-SMAS,Genoveva de Souza Oliveira-Lar Anália Franco, Jose Marcelo
20Albertassi- Lar Anália Franco, Aurélio Caetano da Silva-SMAS, Nayana Tanaka-FMTSUAS,
21Giovana Pedroso-Casa de Maria, Sandra Nishimura – FMTSUAS, Ana Lucia Cardia-Casa do
22Caminho,Marcia Gonçalves V.Paiva-EPESEMEL, Ana Maria Nascimento-SMAS,Lydia Fedigo-
23Eurobase, Marcio Antunes-SEDS, Janaina A. Messias – ESPRO. Neusa inciou a reunião às
2414h e 10 minutos justificando que a mudança de endereço causou confusão para alguns
25usuários. Na sequência Neusa Tiba apresentou a pauta: **1. Aprovação das atas: 08/08/2018 e**
26**22/08/2018; 2. Recomposição da mesa diretora, considerando pedido de afastamento do**
27**vice-presidente; 3. 14h: Chamento Público para ano de 2019- critérios de partilha; 4.**
28**15h30: Comissão de Fundo: Mutirão Cadastro Único; 5. 16h: Termo de cumprimento de**
29**objeto dos Convênios encerrados em dezembro do ano de 2017; 6.16h10: Relato de**
30**Comissões: Comissão de Inscrição; Comissão de acompanhamento; Comissão de**
31**Audiência Pública; Comissão de Legislação; 7.16h20 : Informes.** Após aprovação da
32Pauta, foram apresentadas para aprovação as atas 08/08/2018 e 22/08/2018, as quais foram
33aprovadas por unanimidade. **2. Recomposição da mesa diretora, considerando pedido de**
34**afastamento do vice-presidente:**Neusa esclareceu que com o afastamento do vice presidente
35Alison o qual solicitou se ausentar do CMAS até dezembro de 2018, por motivos pessoais,
36seria necessário recompor a mesa diretora. As usuárias Rosana de Almeida Souza e Carmelita
37Alexandre da Conceição se colocaram à disposição. A conselheira Rosana foi eleita pela
38maioria. Márca Valim parabenizou Rosana, falou que acompanha a sua trajetória o que justifica

8
9
10
11
12



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

13 Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
39a quantidade de votos, para que Carmelita entendesse que não foi em desmérito dela, ao
40contrário elogiou e se colocou feliz por presenciar essa participação, visto que em alguns
41momentos houve dificuldade para ter representantes dos usuários no CMAS. **3. Chamento**
42**Público para ano de 2019- critérios de partilha;** Aurélio Caetano, Gerente de Gestão de
43Convênios, apresentou a proposta de partilha de recursos para o ano de 2019. Aurélio lembrou
44que a Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS já apresentou no conselho o orçamento
45de 2019 e na reunião em questão seria tratado a rubrica que trata especificamente das
46subvenções e critério de partilha. SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:**1.Serviço de**
47**Convivência e Fortalecimento de Vínculos:Atendimento Urbano I;**metas: 1.645 ; valor ano 2018
48R\$ 91,65 ; R\$ 3,39 ;aporte R\$ 7,40 ; per capita recursos municipais 2019 R\$ 102,44 ; per
49capita recursos externos R\$ 24,21; **Atendimento Urbano II;**meta 115 ; valor ano 2018:R\$
50130,35 ; per capita recursos municipais 2019:R\$ 130,35 ; per capita recursos externos R\$
5118,00 ;**Atendimento Urbano III;** meta 1.220 ; valor ano 2018 R\$ 257,53 ; per capita recursos
52municipais 2019 R\$ 257,53 ; per capita recursos externos R\$ 8,00 ;**Atendimento Rural;** metas
53175 ; valor ano 2018 R\$ 299,20 ; per capita recursos municipais R\$ 310,27 ; per capita recursos
54externos R\$ 8,00. Marcia Valim perguntou se 3,7% contempla o que coloca a LDO e Aurélio
55respondeu que sim. Aurélio esclareceu que foram apresentadas duas propostas pela SMAS e
56que a partilha acima foi discutida e proposta pela comissão de fundo, contudo faria a
57apresentação das três propostas para apreciação e aprovação da plenária. A intenção é que
58todas as metas tenham o mesmo valor, mas para isso teria que congelar algumas
59modalidades, Aurélio alertou para o risco de não haver interessados, pois uma meta única
60desconsidera a especificidade de cada modalidade. Marcia falou que sempre participou das
61reuniões e sempre defendeu que todas as entidades recebessem o mesmo valor por meta.
62Marcia retomou que o reajuste de 3,7% foi uma conquista da LDO na Câmara de Vereadores
63pela organização da sociedade civil.Em relação as metas do SCFV, Marcia colocou que a
64estrutura que eles assumiram estão péssimas e o recurso mediante chamamento não permite
65pequenas reformas, mas se continuarem com as metas para o ano de 2019 irão necessitar de
66reformas estruturais, de equipamentos novos, reajuste salarial para os trabalhadores, entre
67outras melhorias,pontuou que novos trabalhadores que foram contratados já receberão reajuste
68e esse índice não permite que a entidade se mantenha com um serviço de qualidade.Sugeriu a
69realização de um diagnóstico, pois já tem claro que precisarão adequar as instalações e
70equipar as unidades, porém não há previsão de recursos. Luana Garcia informou que foi
71discutido na comissão de fundo a questão da necessidade do reajuste, mas entende que é
72muito difícil executar o serviço com metas diferenciadas, acredita que deveria tentar
73aproximar os valores das metas. Luana esclareceu que não é trabalhadora do serviço de
74convivência e que essa discussão deveria ser feita na comissão de SCFV. Márcia colocou que
75podemos abordar que o orçamento não está finalizado, e a Secretaria de Assistência Social
76pode apresentar para o Prefeito Municipal que esse orçamento não contempla as
77necessidades reais para o ano de 2019. Aurélio retomou a questão da partilha de recurso para
78SCFV, destacou os valores de metas para o ano de 2019 de acordo com cada modalidade de
79atendimento: modalidade I, o valor da meta para o ano de 2019: R\$ 102,44 recursos
80municipais mais R\$24,21 recursos externos; modalidade II o valor da meta para o ano de 2019:

14

15



CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conselho Municipal de Assistência Social

16

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

17

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

18

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

19

20 Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
81R\$130,35 recursos municipais mais R\$8,00 recursos externos;modalidade III, o valor da meta
82para o ano de 2019: R\$ 257,53 recursos municipais mais R\$8,00 recursos externos;
83atendimento rural, o valor da meta para o ano de 2019:R\$310,27 recursos municipais mais
84R\$8,00 recursos externos. O conselheiro Jonas Munaretto questionou se na proposta de
85chamamento foi contemplado o reajuste previsto no orçamento, considerando que novas
86entidades assumiram os serviços, contudo ressaltou que diferença dos valores de metas da
87modalidade I e modalidade II, chega aproximadamente 300%, pontuou que o conselho precisa
88analisar as entidades pequenas, pois as mesmas precisam de maior recurso para qualificar o
89seu trabalho. Aurélio explicou que na modalidade de atendimento I, são 16 entidades
90conveniadas. Na modalidade III, o atendimento é descentralizado e o custo é muito maior,
91pois atende territórios vulneráveis e mesmo que atenda 50 metas tem que ter toda uma
92estrutura de Recursos Humanos, logística de compras, etc. Aurélio sugeriu que
93congelassemos o atendimento II mas mantivessemos o reajuste do atendimento III. Congelar o
94Atendimento II para aumentar o valor da modalidade I. Paulo Aragão relatou que a proposta de
95valor para a modalidade I, no valor de R\$ 102,44 vai ao encontro do debate realizado
96anteriormente, considerou que precisa avaliar se a modalidade II tem um custo que justifique a
97manutenção da diferença entre os valores atuais. A conselheira Luciana Alvarez pontuou que o
98valor de meta diferenciada vem do histórico do PROVOPAR, também concorda que esta
99discussão deve se aprofundar pensando a médio a longo prazo,não congelar a que estão, mas
100reajustar as que recebem menos para equiparar, pois há muita discrepância, mesmo que não
101seja igual. Luciana também considerou que cabe ao conselho cobrar da Secretaria Municipal
102de Assistência Social, para que estude o custo das entidades e proponha um reordenamento
103mesmo que seja a longo ou médio prazo. O conselheiro Claudio Rufino, explicou que os
104recursos das fontes livres do município são provenientes a maior parte de impostos, como
105exemplo,IPTU, ITBI e ISS. Todavia, há Projeto de Lei tramitando na Câmara que congela a
106alíquota do IPTU para 2019, sendo assim, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento
107e Tecnologia / Diretoria de Orçamento elaborou e encaminhou para Câmara o Projeto de Lei do
108Orçamento/2019 considerando o congelamento da alíquota do IPTU. Além disso, a Secretaria
109Municipal de Assistência Social foi uma das poucas secretarias que tiveram aumento no valor
110dos recursos livres para o exercício de 2019 e o valor do Orçamento do Fundo Municipal de
111Assistência Social - FMAS , foi apresentado pela Servidora Amanda e aprovado por este
112conselho anteriormente.Cláudio Mello representante da Guarda Mirim , parabenizou a
113comissão de fundo e ressaltou a importância de atendimento a criança e ao adolescente
114enquanto prioridade absoluta e solicitou que o conselho possa construir estratégias para
115melhorar o cofinanciamento da rede envolvida no atendimento do SCFV.Mária Paiva sugeriu
116aprovar uma das modalidades de partilha de recurso, desde que saiam com encaminhamento
117de agendar uma reunião para discutir a revisão do orçamento com o Prefeito Municipal.Sandra
118Nishimura perguntou para Cláudio Rufino qual a proporção mínima que está sendo aplicada
119para a política de assistência social. Claudio respondeu que o mínimo posto pela LDO é de
1206%,contudo o município está aplicando 10% (por cento) de recurso do município na Política de
121Assistencia Social. Sandra Nishimura relatou que antes tinham uma comissão do SCFV que já
122havam realizado uma discussão e diagnóstico dos valores das metas, e destacou que de fato

21

22



Conselho Municipal de Assistência Social

23

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

24

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

25

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

26

27 Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

123 quem está sendo afetado, são as crianças e adolescentes que vão deixar de ter um serviço de
124 qualidade. Pontuou que o orçamento da política de Assistência Social deve ser o suficiente
125 para garantir um serviço de qualidade e com condições de trabalho dignas. Relatou que
126 concorda com a Marcia, que embora esse conselho tenha aprovado o orçamento é preciso sair
127 com encaminhamentos que coloquem a real situação dos serviços. O conselheiro Claudio
128 Rufino colocou que criança é prioridade absoluta, mas esta política se aplica a todas as
129 crianças de 0 a 18 anos englobando principalmente as funções saúde (promoção de saúde,
130 saneamento e habitação), educação (abrange as ações voltadas para a educação, cultura,
131 esporte e lazer) e Assistência Social (abrange os direitos da cidadania e a promoção de direitos
132 e proteção e assistência social), esta metodologia é ratificada também pelo Orçamento
133 Criança. Márcia relatou que ainda há tempo de levar uma outra proposta para o orçamento, ou
134 seja um aporte para o ano de 2019; contextualizou a situação dos serviços de convivência,
135 destacou que as crianças tem realizado as três refeições do dia no referido serviço, devido ao
136 empobrecimento da população e enfatizou a importância de retomar a discussão na comissão
137 de SCFV, de priorizar as entidades pequenas, ou senão teremos entidades sem condições de
138 trabalho, até mesmo fechando. Luana ponderou que os serviços em questão deveriam ser cem
139 por cento financiados com recurso público, no entanto teríamos que saber o custo real dos
140 serviços. O conselheiro Marcelo Lima questionou o motivo de valores diferenciados de metas
141 do SCFV dessas modalidades. Ana Maria respondeu que a gestão anterior deliberou os
142 respectivos valores. Explicou ainda que as entidades estão entregando os relatórios, alguns
143 com atrasos e assim que todos entregarem será possível fazer análise do custo real dos
144 serviços. Após discussão foi apresentada as propostas para votação, o qual foi deliberado pela
145 proposta do Cenário III, conforme detalhamento contido nas linhas 81 a 87 da presente ata.
146 Denise Fank, colocou que não acompanhou como foi esse processo de remanejamento das
147 metas do Provopar para as entidades e questionou se as entidades que assumiram sabiam a
148 situação real dos serviços com relação aos equipamentos. Neusa esclareceu que essa partilha
149 é só para custeio e não permite equipar serviços. Denise disse que entende, mas perguntou se
150 as entidades sabiam que não teria equipamentos. Neusa lembrou que o recurso do Fundo
151 Municipal de Assistência Social era somente para custeio e caso as instituições precisassem de
152 recursos para investimentos seria com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e
153 do Adolescente, conforme as discussões que vem sendo realizados em conjunto com o
154 CMDCA. Informou ainda que tudo isso será pautado após a realização do inventário pelo
155 PROVOPAR e o Município. Ana Maria colocou que como gestora só fez o inventário depois
156 que Provopar entregou as metas e os serviços já haviam iniciado a transição, complementou
157 dizendo que o referido inventário será apresentado ao CMDCA. O Conselheiro Paulo Aragão
158 colocou que acompanhou o processo de transição das metas do SCFV e visitou todos os
159 serviços, destacou o empenho que as entidades estão tendo em melhorar o serviço, desde a
160 reposição de equipamentos e melhorias na qualidade do atendimento. Aurélio retomou a
161 apresentação referente a partilha de recurso Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para
162 Pessoas com Deficiência e Idosas, meta: 100, valor para ano de 2018: R\$150,61, Per Capita recursos
163 Municipais 2019-R\$ 156,18. Educação sócio profissional e Promoção da Inclusão
164 Produtiva: modalidade I: Capacitação e Formação, metas: 250, valor para 2018 -R\$ 74,75, **Per Capita**

28



Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

recursos Municipais 2019- R\$ 77,52; Modalidade II: Fortalecimento de iniciativas Coletivas de Geração de Trabalho e Renda, metas:400, **Valor 2018-** R\$ 110,13, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 114,20. **Programa de Aprendizagem e Qualificação Profissional para Adolescentes: Modalidade:** Atendimento Urbano, metas-956, **Valor 2018-** R\$ 60,56, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 62,80; Atendimento Rural: metas-50, **Valor 2018-** R\$ 17092,71, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 96,14. **Seviços da Proteção Social Especial: Média Complexidade- Serviço de PSE para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias: modalidade:** PCD – Especial, metas: 743, **Valor 2018-** R\$ 78,05, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 80,94, **Per Capita Recursos Externo-** R\$ 36,05. **Alta Complexidade- Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: Modalidade:** Acolhimento Institucional, metas:100, **Valor 2018-** R\$ 1.598,79, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 1.657,95, **Per Capita Recursos Externo-** R\$433,33; Casa de Passagem, metas-16, **Valor 2018-** R\$ 2.874,79, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 1782.981,16, **Per Capita Recursos Externo-** R\$433,33. **Alta Complexidade- Acolhimento Institucional Adulto: modalidade-** Acolhimento Institucional, metas:91, **Valor 2018-** R\$ 180993,28, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 1.030,03, **Per Capita Recursos Externo-** R\$ 305,01; Casa de Passagem, metas:21, **Valor 2018-** R\$ 1.762,61, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 1.827,83, **Per Capita Recursos Externo-** R\$ 262,88; Residência Inclusiva, metas: 32, **Valor 2018-** R\$ 1.427,09, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 1841.479,89, **Per Capita Recursos Externo-** R\$ 278,60; Programa Noite Fria, metas:64, **Valor 2018-** R\$ 300.000,00, **Per Capita recursos Municipais 2019-R\$311.100,00.** **Alta Complexidade- Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos – ILPI, metas:195, Per Capita Recursos Externo-** R\$ 41,86. **Alta Complexidade – República: Modalidade,** República para jovens, metas:12, **Valor 2018-** R\$ 601,00, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 623,24, **Per Capita Recursos Externo-** R\$ 208,13; República para Adultos, metas:20, **Valor 2018-** R\$ 451,00, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 467,69, **Per Capita Recursos Externo-** R\$ 284,21; República para Adultos – BPC, metas:10, **Valor 2018-** R\$ 360,00, **Per Capita recursos Municipais 2019-** R\$ 373,32, **Per Capita Recursos Externo-** R\$ 342,69. Neusa colocou para aprovação a segunda parte da divisão dos recursos e foi aprovado por unanimidade, sem ressalvas ou discussões da partilha. **4. Comissão de Fundo: Mutirão Cadastro Único;** Foi tirado de pauta, pois a Gerente Renata teve que se ausentar da Reunião. **5. Edital de chamamento público número 004/2018 SMAS/FMAS.** O gerente de gestão de convênios Aurélio explicou que o edital atende a legislação em vigência. Explicou que como o conselho é composto de entidades que possivelmente apresentarão propostas para esse chamamento não poderá apresentar maiores informações e nem o detalhamento dos itens do edital chamamento público. Marcia questionou se tem exigência a mais daquelas solicitadas no ano anterior e explica que tem uma certidão que atesta idoneidade da diretoria. Marcia perguntou se houve alteração no critério de seleção e Aurélio informou que está mais detalhado, que no novo formulário as entidades deverão relatar quanto a experiencia de atendimento realizado, a realidade do território e o cenário que pretende mudar com a ação proposta. Informou também o prazo de vigência com início de execução do dia 01/01/2019 ate 31/03/2021. Após apresentação o edital foi aprovado com 20

36



Conselho Municipal de Assistência Social

37

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

38

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

39

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

40

41

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

207votos. **5. Termo de cumprimento de objeto dos Convênios encerrados em dezembro do 208ano de 2017; foi tirado de Pauta e passou para a** próxima reunião. Neusa explicou que 209primeiro esse assunto iria passar pela comissão de fundo e será pautado próxima reunião, pois 210foi protocolado hoje no CMAS. **6. Relato de Comissões: Comissão de Inscrição; Comissão 211de acompanhamento; Comissão de Audiência Pública; Comissão de Legislação:** Neusa 212explicou que a comissão está finalizando a proposta de alteração da Lei que estabelece a 213estrutura e funcionamento deste Conselho, para atender a legislação e normas em vigência 214no âmbito do SUAS e a comissão tem reunião na próxima quarta feira. Quanto a comissão da 215ACESF, houve várias mudanças na ACESF com a troca do superintendente, houve atrasos no 216estudo para o reordenamento da forma de concessão do benefício eventual em decorrência da 217morte de um membro da família. Relatou que atualmente faz parte do Conselho da ACESF. 218Debora Campos diretora da Gerencia de Controle Orçamentário Financeiro, informou que a 219ACESF antes não enviava as faturas referentes ao auxílio funeral em dia, o que trouxe vários 220problemas sendo uma delas, o acúmulo de dívidas de anos anteriores. Com a mudança da 221Diretoria Financeira da ACESF passaram a mandar as cobranças dos anos anteriores somado 222ao deste ano também. Em 2016 com a necessidade da mudança da sede da Secretaria, o 223valor destinado para pagamento do auxílio funeral ficou em torno de R\$ 211.000,00 (duzentos 224e onze mil reais) pois o restante foi destinado para pagamento de aluguel do referido imóvel. 225Hoje, a média para pagamento deste benefício é de aproximadamente de 20 a 30 mil por mês. 226Débora informou que a Secretaria de Assistência Social tem previsão para 2018 o valor de 227R\$264.000, 00(duzentos e sessenta e quatro mil reais). Denise perguntou se a ACESF tem 228cobrado do município o valor equivalente ao que cobraria de um particular e Debora 229respondeu que sim, por isso impacta muito no orçamento da Assistência Social. Pastor Jonas 230ponderou que o valor que está repassando é abusivo e a comissão de legislação terá que rever 231e regulamentar isso, pois a ACESF não poderá continuar cobrando o valor abusivo, pois trata- 232se de benefício e não pode ter o mesmo custo que um serviço particular. Neusa resgatou que 233que na ocasião da análise do CMAS sobre o pagamento do auxílio funeral em 2012, o fato foi 234parar na imprensa e foi estabelecido uma comissão formado por representantes do CMAS, 235ACESF e Secretaria de Assistência Social. No entanto, foi constatado que esta comissão 236esteve reunido somente em 2013 para discutir o valor do benefício e não há documentos que 237informe outras reuniões ou deliberações sobre o assunto nos anos posteriores, razão pelo qual 238foi instituído uma nova comissão em 2017 para discussão da situação sobre a gestão deste 239benefício. Atualmente, a Secretaria de Assistência Social vem pagando as despesas conforme 240valores estabelecidos pela ACESF, sem a deliberação do CMAS. Debora informou que já foi 241efetuado o pagamento o valor de R\$ 241.969,03(duzentos e quarenta e um mil, novecentos e 242sessenta e nove reais e três centavos) e desta desta forma o saldo existente é somente de R\$ 24322.030, 97(vinte e dois mil, trinta reais e noventa e sete centavos) no orçamento de 2018. 244Informou ainda que o valor gasto pela Secretaria para esta despesa é uma Média de 30 mil ao 245mês e sendo assim, para pagamento dos gastos referentes ao período de julho à dezembro 246precisaria de um aporte de R\$180.000,00(cento e oitenta mil reais).O referido valor será 247utilizado para suplementar o mesmo projeto/atividade 25.030.08.244.0009.6064. Sandra 248Nishimura questionou se esse saldo refere-se a parte administrativa do benefício eventual e

42

43



CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conselho Municipal de Assistência Social

44

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

45

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

46

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

47

48 Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
249 qual o impacto no processo de concessão do benefício como um todo. Colocou que hoje temos
250 uma demanda expressiva de famílias que não buscavam o CRAS e no entanto devido as
251 vulnerabilidades tem buscado acesso aos benefício operacionalizados pela política de
252 assistência social. Debora informou que não haverá impacto. A conselheira Luana informou que
253 a comissão de fundo foi informado sobre o valor a ser remanejado para suplementar a
254 dotação. Debora explicou que por mais que pareça injusto esses valores, estão regulados por
255 Lei. Marilza lembrou que um usuário faleceu no calçadão e cobraram um valor elevado para o
256 traslado do corpo e, Maria Lucimar fez de tudo para não ser cobrado, mas cobraram R\$ 201
257 reais. Marcia pontuou sobre a responsabilidade do conselho o qual deveria acompanhar como
258 está sendo prestado esse serviço, fazendo-se representado no conselho da ACESF. Neusa
259 informou que atualmente está compondo o Conselho da ACESF. A solicitação de
260 remanejamento foi aprovado por unanimidade para a complementação do pagamento do auxílio
261 funeral para o exercício de 2018. Neusa informou sobre a Audiência Pública na OAB dia
262 dezoito de setembro de 2018 as 13:30 horas, com a palestra do professor Luiz Gomes da
263 unopar, destacou como sendo um espaço importante para dar visibilidade ao serviço
264 prestado. **7. Informes:** Denise apresentou convite para participação da palestra com o
265 professor Wagner Romão, dia 20 de setembro na universidade de Londrina. Registre-se que a
266 lista de presença é documento integrante desta ata. A reunião foi encerrada às Encerrado a
267 16:40, sendo o que havia a ser relatado, eu, Marina Bertonccini de Andrade, segunda
268 Secretária deste Conselho, redijo a presente ata desta reunião ordinária que será encaminhada
269 para apreciação e aprovação.